



CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

AJUSTE DIRETO – REGIME SIMPLIFICADO

1. A Câmara Municipal das Lajes das Flores, de acordo com a decisão do Presidente da Câmara tomada por despacho exarado no dia 14 de abril de 2015, convida a firma,

apresentar proposta para o fornecimento de 400 recipientes circulares de superfície (100 x 4) para deposição selectiva de resíduos sólidos urbanos, com tampa hermética com fecho metálico, de polietileno de alta densidade (PEAD), com capacidade de 50 lts, com serigrafia.

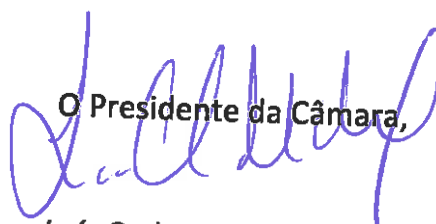
2. Optou-se pelo procedimento por Ajuste Direto do Regime Simplificado, ao abrigo do n.º 1 do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho na redação que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto;
3. De acordo com a alínea b) do n.º 1, do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os concorrentes deverão apresentar os documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

4. As propostas deverão dar entrada Secção Administrativa da Câmara Municipal das Lajes das Flores, sita na Avenida do Emigrante, n.º 4, 9960-431 Lajes das Flores, até às 16h00m do dia 22 de abril de 2016.
5. As propostas deverão ser apresentadas em suporte de papel na morada da Câmara Municipal das Lajes das Flores ou por via electrónica de dados para o e-mail geral@cmlajesdaflares.pt desde que dentro do prazo estipulado para entrega da proposta.
6. O critério de adjudicação será o do mais baixo preço.
7. O adjudicatário terá de apresentar no prazo de 5 dias úteis, após a recepção da respectiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, redigidos em língua portuguesa, ou se apresentados noutra língua acompanhados de tradução devidamente legalizada:
 - a) Declaração conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, e que se anexa ao presente convite (Anexo I);
 - b) Comprovativo de não ter sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;
 - c) Comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que são nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que são nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;



- e) Comprovativo de não terem sido condenados pelos crimes de participação em actividades de organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais;

Lajes das Flores, 14 de abril de 2016


O Presidente da Câmara,
Luís Carlos Martins Maciel